

CRONOS, MNEMOSINE, CLIQ E A DEFESA DO PATRIMÔNIO

ERIC DE SALES*

RESUMO: O presente texto visa realizar uma discussão conceitual, por meio das imagens de divindades Greco-romanas, sobre história, memória, esquecimento e a importância da preservação do Patrimônio para manutenção da memória coletiva. Neste mesmo espectro, o trabalho visa introduzir a discussão de como a manutenção de determinados nomes podem “esconder” um passado que a sociedade brasileira, talvez por comodismo, não deseja lembrar ou discutir.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Patrimônio, Esquecimento, Preservação.

ABSTRACT: This paper aims to conduct a conceptual discussion, through the images of Greco-Roman deities of history, memory, forgetfulness and the importance of preserving the heritage to maintain the collective memory. In this same spectrum, the work aims to introduce the discussion of how to maintain certain names can “hide” a past that Brazilian society, perhaps for convenience, do not want to remember or discuss.

KEYWORDS: Memory, Heritage, Oblivion, Preservation.

* Doutorando em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional na Universidade de Brasília (UnB); Mestre em História pela UnB; Bacharel e Licenciado em História pela UnB. Professor da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Contato: malkerik@yahoo.com.br ou malkerik@gmail.com



Figura 1 - Clio e Cronos
- Estátua da Biblioteca do
Mosteiro de Wiblingen em
Ulm, na Alemanha

“Num lugar escolhido da biblioteca do mosteiro ergue-se magnífica escultura barroca. É figura dupla da história. Na frente, Cronos, o deus alado. É um ancião com a fronte cingida; a mão esquerda segura um imenso livro do qual a direita tenta arrancar uma folha. Atrás, e em desaprumo, a própria história. O olhar é sério e perscrutador; um pé derruba uma cornucópia de onde escorre uma chuva de ouro e prata, sinal de instabilidade; a mão esquerda detém o gesto do deus, enquanto a direita exhibe os instrumentos da história: o livro, o tinteiro e o estilo” (RICOEUR, 2007).

Cronos é representando por Goya não apenas por devorar seus filhos, mas por devorar o próprio passado, agindo como o esquecimento, como o passado que deixou de ser, sendo engolido pelo abismo do tempo.



Figura 2 - Francisco de Goya (1746-1828), Saturno devorando um filho, 1819-1823. Óleo sobre reboco trasladado a tela, 146 cm x 83 cm. Museu do Prado Madrid.

Óleo sobre tela de Pietro Liberi (1605-1687) representando o tempo (Cronos) sendo vencido pela Verdade (Mnemosine, a titânide da Memória).



Figura 3 - Pietro Liberi (1605-1687), O Tempo sendo vencido pela Verdade, 1665. Óleo sobre tela, 114 x 157 cm. Coleção Privada.

Inspirado no livro de François Ost, *O Tempo do Direito*, começo este texto da mesma maneira com que o autor escreve, isto é, apresentando três imagens da mitologia Greco-Romana para falar sobre tempo, memória e esquecimento. Início, assim, falando sobre Cronos¹, Mnemosine e Clio, uma vez que tenho como objetivo desenvolver a temática da memória e da preservação do patrimônio para romper com o ciclo de injustiças, fundada na violência, seja ela física, simbólica ou com o esquecimento de fatos ou eventos. Para romper com tal ciclo alguns mecanismos importantes, tais como os memoriais e a preservação patrimonial (material ou imaterial). Para escrever sobre temática tão densa e de perspectiva conceitual, considero importante iniciar o texto com representações imagéticas de conceitos que colaboram para a discussão que pretendo realizar, sendo eles a memória, o esquecimento, a história e o patrimônio.

A palavra História em sua origem latina, assim como na língua portuguesa, é polissêmica e possui vários sentidos. Em sua raiz grega, História significa investigação, contudo os

1 O Titã Cronos pertence tanto à mitologia grega quanto a romana. Nesta última recebe o nome de Saturno, de modo que Cronos e Saturno são a mesma figura mitológica, assim como Ares/Marte, Hades/Plutão, Afrodite/Vênus. Todos pertencentes à mitologia greco-romana.

significados mais importantes para o atual trabalho são dois bem distintos e que se encontram na polissêmica palavra, quais sejam: a) a História como passado, isto é, algum evento, fato, pessoa ou instituição que deixou de ser, por serem consumidas pelo próprio tempo, pelo esquecimento; b) o segundo sentido que busco é o de História como uma tentativa de trazer de volta o que já não é passado, mas sim presente, pelo ato de lembrar e informar por meio de palavras, signos e símbolos. Para esse segundo ponto (basal para a tese) cabe a definição de história de Le Goff, isto é, de que História é um ato de contar, descrever e analisar o passado a partir de seu tempo (LE GOFF, 2003).

A História, representada pela musa Clio, que pode ser vista na primeira imagem, está em constante conflito com o tempo, para evitar que o passado seja consumido pelo esquecimento, pelo tempo. A personificação grega do tempo é a figura do titã Cronos, filho de Urano (céu) e Gaia (terra). Segundo a mitologia grega, incitado por sua mãe, castrou o pai com sua foice, o que causou a separação entre o céu e terra e subiu ao trono dos deuses. Tomou sua irmã Réia como esposa, tendo com ela seis filhos. Contudo, devido a uma profecia de que seria destronado por um de seus filhos, Cronos devorou cada um quando nasceu. Sua esposa, no entanto, conseguiu salvar seu sexto filho, Zeus, evitando que fosse devorado pelo pai. Quando atinge a idade adulta Zeus derrota e destrona Cronos, expulsando-o para Tártaro onde permanece preso. Ainda segundo a tradição clássica, ao derrotar o titã do tempo, Zeus venceu o próprio tempo, conferindo, assim, imortalidade para todos os deuses.

O pai de Zeus é a representação do primeiro sentido da História, isto é, ao passado que ontologicamente deixou de ser, sendo engolido pelo buraco negro do tempo e do esquecimento. Nesse sentido, a figura 2 é uma metáfora extremamente ilustrativa sobre a violência da história no sentido de esquecimento, de que não é possível retornar ao que o tempo devorou, de forma que os vencidos, os derrotados, as vítimas devoradas pela crueldade do tempo continuam sendo injustiçados por não serem lembrados. Segundo Gagnebin, “a história dos vencidos que não é nenhuma nova gesta heroica e apologética, mas sim, uma

narrativa recortada, descontínua, frágil e sempre ameaçada pelo esquecimento” (GAGNEBIN, 2005, p. 123).

As injustiças que foram cometidas contra os vencidos e os injustiçados não podem ser desfeitas: o que foi feito está feito, o que passou, passou e não pode ser mudado nunca, mas pode ser lembrado para que não volte a ocorrer. A imagem expressa, desta forma, a impetuosidade do tempo que leva inevitavelmente os mortais para seu destino final, isto é, a morte e para a maioria, o esquecimento.

Em oposição à violência do tempo – que devora e lança para uma segunda morte, isto é, o esquecimento – há a titânide Mnemosine, irmã de Cronos, que personifica a memória, a proteção contra o esquecimento.

Mnemosine é uma das deusas mais poderosas para os gregos, pois a memória é o catalisador da razão e é esta razão que diferencia os Seres Humanos dos outros animais. Desta forma, a memória está intimamente ligada ao poder da razão, o que fez com fosse considerada por muitos como a primeira filósofa. Uma de suas atribuições como deusa foi de nomear todos os objetos existentes. Por essa responsabilidade deu aos Seres Humanos o poder de memorizar, isto é, de reter conhecimento e de transmiti-lo oralmente.

Após a guerra com os Titãs, Zeus, com medo de ser esquecido, mesmo sendo imortal – pois venceu o tempo, Cronos – toma Mnemosine, tendo com ela nove filhas, que ficam conhecidas como Musas, sendo elas: Calíope, Érato, Euterpe, Melpômene, Polímnia, Tália, Urânia e Clio. Cada uma das Musas representava um aspecto das artes ou da ciência (correspondentemente Poesia Épica, Poesia Romântica, Música, Tragédia, Hinos, Dança, Comédia, Astronomia e História). Para o presente estudo a Musa de maior relevância é Clio, a Musa da História. (SCHWAB, 1994; 1995; 1996)

Clio tem a função de articular o passado e o presente em constante e mútua interrogação. Na articulação do passado e presente, tem uma função contemplativa de louvar, como bem sugere a origem de seu nome: Cleós, glória, ou Cléia, Louvor. De todas as musas foi a que possuiu a mais estreita relação com

sua mãe, Mnemosine, tendo em vista que a memória é ação que interpela desde a mais simples das práticas cotidianas às mais complexas, sendo segundo Deleuze, “síntese fundamental do tempo que constitui o passado (o que faz passar o presente)” (DELEUZE, 1988, p. 142).

A memória, desta forma, pode ser vista como uma representação seletiva do passado, composta pelas lembranças individuais e coletivas. Segundo Henry Rousso, o atributo mais imediato da memória

é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”. (ROUSSO, 1998, p. 94-95).

Escrever sobre memória é ter em mente que ela é uma capacidade humana que permite ter consciência da passagem do tempo, retendo e evocando fatos, experiências, propiciando um meio para a busca de respostas sobre a origem de um indivíduo ou de uma coletividade. Pela memória, fatos, eventos e lembranças são adquiridos, esquecidos, celebrados e deturpados. Assim, a defesa ao direito à memória seria, antes de tudo, a defesa ao direito à identidade e à História, ao passado constituinte de cada povo, região, de cada pessoa.

Aqui se apresenta mais claramente a relação entre História e Memória, qual seja, a de manter vivas as lembranças de um indivíduo ou de um coletivo. Lembrar e (re) lembrar o passado, assim como, escrever sobre ele são atividades complexas e carregadas de subjetividade, pois tanto a História como a Memória (mas principalmente a primeira) são uma seleção consciente ou inconsciente de determinados fatos e/ou eventos, interpretando-os, “distorcendo-os”. Para Croce, a História não deve ser usada para feitos particulares, mas para discorrer sobre a vida tal como ela foi vivida discernindo “até onde existe um exercício do juízo intelectual e até onde isso é negligenciado”. Como explicitado anteriormente, essa visão de recuperar o passado tal qual não é compartilhada por mim e por autores como Arendt ou Benjamin.

A História que nos chega é fragmentada e sobre interpretações (o que não anula sua veracidade, como aponta Arendt, a manipulação e ocultação dos fatos é que invalidaria a História) devendo ser sempre revistas e revisitada para novas leituras e interpretações.

Neste sentido, é possível trabalhar com a Figura 4 (abaixo), de Goya, é a síntese da presente discussão, considerando que na imagem há os três elementos centrais do atual texto, quais sejam, Tempo (Cronos), Memória (Mnemosine) e História (Clio). Na pintura vê-se Cronos segurando Mnemosine com sua mão direita, impedindo-a de lembrar; sentada está Clio, registrando o acontecimento, mas não da maneira como foi, mas da maneira como entende que ocorreu. Essa imagem encontra ressonância na escultura da figura 1, localizada no Mosteiro de Wiblingen, em Ulm, na Alemanha. Nessa imagem, que é capa do livro de Paul Ricoeur sobre memória, é possível perceber Cronos (tempo) tentando rasgar as folhas de um livro, enquanto Clio (História), por sua vez, tenta impedir protege os instrumentos capazes de registrar e perpetuar a memória, que são o livro, o tinteiro e o estilo².



Figura 4 - Francisco de Goya (1746-1828), A Verdade, o Tempo e a História, 1797-1800. Óleo sobre tela, 294 cm x 244 cm. Museu Nacional, Estocolmo.

2 Óleo sobre tela de Goya, representando o Tempo (Cronos), que tem em sua mão esquerda uma ampulheta (símbolo do tempo) e com a direita segura Mnemosine (a Titânide que personifica a memória e é representada por Goya como a verdade), impedindo que lembre, enquanto todo o evento é registrado por Clio (a musa que personifica a História), que apenas registra.

Esse ponto é crucial para o entendimento da relação entre História e Memória, entre Clio e sua mãe. Escrever sobre o passado é, como já dito, uma seleção de fatos e eventos que sofrem interpretações e distorções ditadas, ou ao menos influenciadas, por grupos sociais. A construção da Memória e, principalmente, da História não é obra de indivíduos isolados (BURKE, 2000, p. 69). Segundo Halbwachs, embora sejam as pessoas que lembram, são os grupos sociais que determinam o que deve ser lembrado e venerado, construindo a memória por meio de mediações que expressam as relações de poder existentes no grupo ou na sociedade, os aspectos políticos-ideológicos, os interesses dominantes e o momento histórico em que estão inseridos. Como bem lembra Le Goff, tornarem-se “senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam” as sociedades. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p. 422). De todo modo, Não há memória sem esquecimento.

Muitos “lembram muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí, pode-se descrever a memória como reconstrução do passado” (BURKE, 2000, p. 70). A construção da memória é fonte de acesso para a construção e entendimento da História, pois a tarefa de tirar do esquecimento o que ocorreu não é de um indivíduo, mas de um grupo. A construção de uma memória coletiva está entrelaçada com a construção de uma história coletiva em que as pessoas possam se identificar. Como afirma Tosi, “a partir do momento em que surge alguma forma de Estado e de escrita, a memória se transforma em história e se torna parte indispensável da identidade de um povo, classe, nação, instituição e da legitimidade do poder constituído” (TOSI, 2012, p. 187).

A Memória e a História configuram campos de luta e conflito de interesses político-ideológicos que, em grande parte das vezes age de maneira violenta na imposição de um “passado oficial”, tendo em vista que ambas são essenciais para a construção da

identidade de uma sociedade, além de propiciar sustentação à memória individual por se constituir como quadro referencial, além de possibilitar o conhecimento de fatos que não foram presenciados.

Caminhando por essa trilha é importante ter em mente que o diálogo entre memória, história e preservação do patrimônio poderá ser capaz de reconstruir as memórias e as histórias daqueles que foram e estão silenciados, que sofrem uma segunda morte pela violência do esquecimento. O direito à memória, ao passado e à verdade é uma ação de justiça, como apontam diversos autores.

É necessário que o Estado que visa ser pleno na democracia reconheça e respeite os direitos políticos e à cidadania, dentre os quais o direito a memória e a preservação do patrimônio, dado que o acesso a estes dois elementos é de interesse dos vivos, para que se possa realizar justiça com a memória dos mortos, assim como garantir a “compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural” (LEMOS, 2006, p. 28).

Estudar a memória de um povo, de uma sociedade, é uma forma de preservar a sua história, é uma forma de manter o passado vivo, através das tradições, pela fala ou imagens. Falar de memória é, sobretudo, valorizar a história. Como aponta Gangnebin, “nosso dever consiste em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens” (GANGNEBIN, 2006, p. 97).

Para esta autora, existe uma preocupação em preservação da memória, através de estudos sobre uma história dos lugares de memória, de seus usos e da relação com a história. Na literatura faz-se uma relação entre a memória e a escrita, caminhando por trilhas da autobiográfica, do trauma, da dialógica entre lembrança e esquecimento. Segundo a autora, há uma preocupação do estudo da memória na história, na educação, na filosofia, na psicologia, fazendo dela não apenas um objeto de estudo, mas uma tarefa ética.

Já para Costa (2001), nos séculos XX e XXI, a memória, norteada muitas vezes por uma imaginação popular se

torna limitada pelo pouco tempo que dispomos para o ócio, contemplação e reflexão. O homem deste século segundo a autora, principalmente os que vivem nas grandes cidades, torna-se escravo do próprio tempo, do relógio que regula sua vida, regula o horário de pegar o filho na escola, horário de ir para o trabalho, de ir ao supermercado. Ficando assim com o tempo reduzido para ouvir a história do seu filho, as longas conversas dos seus avôs, para o passeio pelos locais de memória social (como parques e monumentos) ou para a indagação da razão que determinados monumentos recebem determinados nomes.

A valorização da memória vem crescendo com ações governamentais e privadas, contudo, a preservação e valorização não são comuns no Brasil. Para a população de maneira geral está prática é vista de maneira preconceituosa e ligadas a regiões consideradas atrasadas pela maioria da população. Desta forma,

uma pratica comumente associada a regiões que ainda não foram absorvidas pelo progresso tecnológico, nas quais não predomina o código da escrita, como o mundo rural brasileiro, as sociedades indígenas e africanas, consideradas atrasadas, retrogradas e até sem história (COSTA, 2001, p. 75).

O patrimônio está estritamente ligado à História, que por sua vez está estritamente relacionada com a memória. O Patrimônio Material é uma representação física, concreta a memória, enquanto os Patrimônios Imateriais, assim como a História e memória, são representações narrativas que se propõem uma reconstrução do passado e que se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo (PESAVENTO, 2005, p. 94).

De acordo com Sandra Pesavento a memória como representação permite que se possa lembrar sem a presença da coisa, objeto ou pessoa, pode simplesmente surgir pela imagem no espírito e com o registro de uma ausência dada pela passagem do tempo (PESAVENTO, 2005, p. 97). Ainda, para esta autora, a história é feita de um jogo entre lembrar e esquecer. Não é facultado ao ser humano ser possível lembrar tudo, pois a memória é seletiva, assim como o esquecimento que é objeto de processos que ultrapassa a barreira do esquecimento. A quem

diga, segundo a autora, que as pessoas são ensinadas a lembrar e a esquecer, fazendo que determinados fatos sejam lembrados e outros esquecidos. Neste sentido, a memória e a história são constantemente vitimadas pela dominação de grupos que violentam, perpetuamente, os vencidos e derrotados, escondendo e maquiando fatos e eventos para o próprio interesse, distorcendo a justiça ao bel prazer (TODOROV, 2000).

Discutir a preservação dos patrimônios históricos e culturais é englobar conceitos e representações do passado e do presente. Esses indícios são de extrema importância para construção de uma identidade, que se reflete através da preservação de patrimônios materiais e imateriais. Por Patrimônio Material entendo como algo concreto, palpável, diferentemente do Patrimônio Imaterial, que abarca as manifestações de memória, de identidade ou mesmo representações que não podem ser tocadas, isto é, não são concretas, sendo transmitidas de geração em geração.

A luta pelo direito à memória e por uma nova História contra o forçoso esquecimento (uma luta por Mnemosine e por Clio contra Cronos) é lutar pelos devidos valores de uma sociedade. Aquela que esquece está abrindo espaço para violações; a que lembra e reconhece seus erros reencontra a si, pois respeita o coletivo e o diferente. Tal luta deve estar balizada pelo entendimento de que a memória é um direito fundamental, pois memória é aquisição e acesso ao passado, é o direito de reconhecer-se como indivíduo e como agente social, é, em suma, o direito à dignidade humana.

Nesse sentido, a memória é fundamento tanto individual quanto coletivo. Sem memória ocorre à desorientação, a falta de referenciais, de conhecer, compreender e criar. Segundo Izquierdo, a memória compartilhada coletivamente, ou seja, a memória social resulta de uma necessidade de associação dos indivíduos, formada a partir de afinidades e transmitida pela comunicação. Não ter essa memória coletiva, instituidora de identidades, é certeza da desintegração do tecido social e da destruição de valores.

Os Patrimônios Materiais são peça fundamental para a constituição dessa memória coletiva, na luta contra o silenciamento e esquecimento dos vencidos, assim como na

perpetuação de passados violentos. Quando falo de Patrimônios Materiais aponto não somente a monumentos, mas também as nomenclaturas que recebem. Para melhor esclarecer minha fala gostaria de falar sobre a ponte que liga a Asa Sul e o Lago Sul em Brasília. Projetada por Oscar Niemeyer, em 1967, foi inaugurada em fevereiro de 1976. No ato de sua inauguração recebeu o nome de Ponte Costa e Silva, para homenagear um dos protagonistas da ditadura, o militar Costa e Silva.



Figura 5 Placa de identificação da segunda ponte sobre o Lago Paranoá.
Arquivo Pessoal



Figura 6 Placa de identificação da segunda ponte sobre o Lago Paranoá.
Arquivo Pessoal

A Ponte, até recentemente, era o único monumento público, em Brasília, que ainda homenageava protagonistas da ditadura militar. Tentou-se modificar o nome em diversas ocasiões (1999,

2003 e 2012), por meio de projetos de lei, mas nenhum logrou sucesso. Neste ano (2015), o Deputado Distrital Ricardo Vale encaminhou projeto para mudança de nome da ponte, que foi aprovado como a lei, alterando o nome de Costa e Silva para Honestino Guimarães (líder estudantil desaparecido durante a Ditadura Civil-Militar).

Contudo, o processo do Projeto de Lei 130/2015, para alterar o nome, não teve tramite fácil, encontrando resistência de diversos parlamentares, como da deputada Liliane Roriz, que sugere audiências públicas para verificação da aprovação, por parte da população, da mudança de nome.

Interessante notar, utilizando os termos de Aarão Reis, a preguiça e comodismo das pessoas, principalmente as que estão no poder. Comodismo, pois vários atores sociopolíticos envolvidos e que prestaram apoio aos militares estão nas mais altas cadeiras do poder atualmente e não desejam ver seus nomes relacionados à ditadura. Um comodismo de “deixar como está”. Preguiça, pois remexer o passado e apontar para aqueles que ainda estão no poder é dizer que o Brasil AINDA não estaria “quite” com seu passado, sendo as pessoas que buscam respostas apontadas como revanchistas pela sociedade e mídia em geral.

Um dos maiores problemas enfrentados pelo poder público, quando se fala em preservação patrimonial, é de que não há um desejo por grande parte da população em conhecer sua história recente, assim como, em preservá-las. Um certo comodismo de “deixar as coisas como estão” é o que move a mentalidade da maioria dos brasileiros, impedindo mudanças e mantendo “homenagens” a assassinos, tratando-os como heróis.

Felizmente, o último resquício de homenagem em monumento público a um ditador foi alterado para o de uma liderança estudantil, desaparecida no período. Uma verdadeira homenagem, assim como perpetuação de uma memória dos silenciados e de um verdadeiro Patrimônio Material e Imaterial.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- COSTA, Cléria Botelho da. *Contar História, fazer História*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 2001.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34 Ltda, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.
- LEMONS, Carlos A. C.. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Historia & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.
- ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Coords). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*. In BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.
- TOSI, Giuseppe. *Memória, história e esquecimento: a função educativa de memória histórica*. In: RUIZ, Castor R. R. Bartolomé (Org.). *Justiça e memória: direito à justiça, memória e reparação: a condição humana nos estados de exceção*. São Leopoldo/RS: Casa Leiria; Passo Fundo: IFIBE, 2012.